



Ministério de Minas e Energia

CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

ATA DA 173ª REUNIÃO

Data: 5 de outubro de 2016

Horário: 14h30

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME – 9º andar

Participantes: Lista Anexa

1. ABERTURA

A 173ª Reunião (Ordinária) do CMSE foi aberta pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, que agradeceu a presença de todos. Em seguida, foram realizadas as apresentações descritas a seguir.

2. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO ATENDIMENTO ELETROENERGÉTICO DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN

O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS apresentou a avaliação das condições do atendimento, além de questões relativas ao planejamento e à operação eletroenergética do SIN. Houve destaque nas discussões a respeito das condições hidrológicas e de armazenamento na bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Na avaliação das condições hidrometeorológicas e climáticas, informou que na primeira semana de setembro houve a passagem de duas frentes frias pela região Sul, ocasionando valores significativos de precipitação nas bacias hidrográficas dos rios Uruguai, Jacuí, Iguaçu e Paranapanema. Já na segunda quinzena, houve a atuação de uma frente fria no Rio Grande do Sul e de um sistema de baixa pressão em Santa Catarina e no Paraná, o que ocasionou chuva fraca nas bacias hidrográficas da região. Além disso, a partir da segunda quinzena, com o início da primavera, foram verificadas precipitações nas bacias das regiões Norte e Centro-Oeste, dando início ao período de transição entre a estação seca e a chuvosa.

Mencionou também que, na última reunião do Grupo de Trabalho MCTIC/MME sobre Previsão Estendida, o CEMADEN destacou que permanecem as condições de neutralidade no Oceano Pacífico Tropical, ou seja, sem a atuação dos fenômenos *La Niña*

ou *El Niño*. A continuidade deste cenário é a indicação mais provável na maioria dos modelos acoplados e oceânicos.

O ONS destacou que, em termos de Energia Natural Afluente – ENA bruta, foram verificados os valores de 95% no Sudeste/Centro-Oeste, 74% no Sul, 33% no Nordeste e 53% no Norte, referenciados às respectivas médias de longo termo – MLT do mês de setembro.

Já em termos de armazenamentos equivalentes, os resultados do Programa Mensal de Operação – PMO do mês de outubro indicam uma expectativa de variação de -8,2% no Sudeste/Centro-Oeste, -10,4% no Sul, -4,4% no Nordeste e -14,6% no Norte, referenciados aos volumes armazenados máximos de cada subsistema, atingindo 31,9%, 69,5%, 10,4% e 25,2%, respectivamente.

O ONS apresentou também a avaliação das condições hidrológicas e de armazenamento na bacia hidrográfica do rio São Francisco, além de análises de sensibilidade com flexibilização das vazões mínimas a partir da Usina Hidrelétrica – UHE Sobradinho. Conforme informado, em 26 de setembro de 2016, foi expedida Autorização Especial do IBAMA à CHESF para executar testes de redução da vazão defluente a partir da UHE Sobradinho até o limite de 700 m³/s. Assim, para viabilizar essa operação, estão sendo realizadas tratativas entre IBAMA e CHESF sobre a pertinência da responsabilização de determinadas condicionantes ao setor elétrico e da sua vinculação a esta Autorização Especial. Todavia, ainda é necessária a emissão de Resolução da ANA autorizando o início dos testes.

Considerando a persistência do cenário hidrometeorológico atual e a possibilidade da prática de defluência mínima de 700 m³/s a partir da UHE Sobradinho, iniciando no mês de outubro, a expectativa é de atingimento de 3,5% de armazenamento na UHE Sobradinho ao final do mês de novembro de 2016. A permanência da prática de defluência mínima de 800 m³/s levaria a um armazenamento de 2,4% ao final deste horizonte.

Conforme registrado pelos membros do Comitê, o setor elétrico vem contribuindo de forma relevante na gestão dos recursos hídricos disponíveis na bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Todavia, este assunto transcende o setor elétrico e, assim, por iniciativa do MME, será realizada reunião sobre o tema na Casa Civil da Presidência da República. Os membros do CMSE destacaram que o interesse fundamental deste processo é com a segurança hídrica, assunto de caráter interministerial e multisetorial, tendo sido ressaltado que o atendimento eletroenergético está garantido a partir de outras fontes de geração.

Sendo assim, conforme deliberado na 169ª reunião do CMSE, de forma a preservar os estoques das UHEs Tucuruí e Sobradinho e operar as interligações com critérios de



segurança adequados, ainda poderá ser necessário manter o despacho térmico por garantia de suprimento energético nos subsistemas Nordeste e Norte.

O ONS apresentou também a avaliação prospectiva para o atendimento ao SIN no período de outubro a novembro de 2016, considerando o despacho térmico por ordem de mérito e diversos cenários hidrológicos. Os resultados apontaram que a maior probabilidade é de que o subsistema Sudeste/Centro-Oeste finalize o mês de novembro de 2016 com armazenamento superior a 30%. Também foram apresentados os níveis de segurança do período úmido para os piores cenários hidrológicos do histórico.

Por fim, informou que o risco de qualquer déficit de energia em 2016 é igual a 0,0%, para as regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, considerando a configuração do sistema do PMO de outubro de 2016. Este resultado é obtido nas simulações do modelo Newave tanto com séries sintéticas quanto com séries históricas, considerando em seus parâmetros que não há racionamento preventivo e apenas um patamar de déficit.

3. MONITORAMENTO DA EXPANSÃO DA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

A Secretaria de Energia Elétrica – SEE/MME iniciou a apresentação elencando os destaques do mês de setembro de 2016 relativos ao monitoramento dos empreendimentos de geração.

Sobre as usinas hidrelétricas do Rio Madeira, informou que as unidades geradoras – UGs 44 e 45 da UHE Jirau, com 75 MW cada, entraram em operação comercial no mês. Assim, esta usina já totaliza 3.375 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica.

Já em relação à UHE Santo Antônio, foi informado que as UGs 45, 46, 47, 48 e 49, com 69,59 MW cada, já foram testadas, restando pendente a publicação pelo órgão ambiental das respectivas licenças de operação para a liberação para operação comercial.

Sobre a UHE Belo Monte, destacou que a UG 3 (611,11 MW) do sítio Belo Monte foi liberada para operação em teste. No entanto, em função do cenário de baixa hidraulicidade na região, o que impacta os testes a serem realizados, a previsão é que sua liberação para operação comercial ocorra somente em dezembro de 2016. Informou ainda que a liminar que suspendia a licença de operação da usina foi cassada.

Conforme Despacho ANEEL nº 2.357/2016, de 6 de setembro de 2016, foram revogadas as autorizações para a implantação e exploração dos parques eólicos Cabo Verde e Granja Vargas, localizados no município de Palmares do Sul, no Rio Grande do Sul.

Estão sendo monitoradas 489 usinas, totalizando 31,6 GW de potência. De 2 de setembro a 5 de outubro de 2016, período desde a última reunião do CMSE, entraram em operação



comercial 467,6 MW, sendo 363,1 MW referentes a usinas do Ambiente de Contratação Regulada – ACR e 104,5 MW do Ambiente de Contratação Livre – ACL. No ano 2016, até 30 de setembro, entraram em operação comercial 7.350,48 MW, valor superior à meta estipulada para ano^[1], que foi de 7.223,75.

Em relação ao acompanhamento das obras de transmissão, foi primeiramente informado o recebimento pelo MME dos processos encaminhados pela ANEEL e relativos às concessões outorgadas a empresas do Grupo Braxenergy, conforme relatado na reunião anterior.

Além disso, em setembro, houve a entrada em operação comercial das linhas de transmissão – LT 500 kV Ribeirãozinho – Rio Verde Norte C3 e Rio Verde Norte – Marimondo II C1 e C2, empreendimentos que contribuirão para o escoamento da energia produzida na UHE Teles Pires.

Estão sendo monitorados 28,9 mil km de linhas de transmissão e 68,3 GVA de capacidade de transformação, conforme informações do Relatório de Expansão da Transmissão da SEE/MME. Desde a última reunião do CMSE entraram em operação 1.402,0 km de linhas de transmissão de Rede Básica e conexões de usinas.

Sobre novos transformadores – TR, neste período, foram implantados 625 MVA de transformação da Rede Básica, com destaque para o TR 500/230 kV, 300 MVA, na subestação – SE Juazeiro III, na Bahia, e para o TR 345/138 kV, 225 MVA, na SE Samambaia, no Distrito Federal. Assim, em 2016, até 30 de setembro, houve expansão de 4.069 km de linhas de transmissão e 9.072 MVA^[2] de transformação na Rede Básica.

4. HOMOLOGAÇÃO DAS “DATAS DE TENDÊNCIA” DA OPERAÇÃO COMERCIAL DE USINAS E DA TRANSMISSÃO

O Comitê homologou as datas de tendência para operação comercial das usinas, conforme reunião mensal do Grupo de Monitoramento da Expansão da Geração, de 21 de setembro de 2016, coordenado pelo DMSE/SEE/MME, e encaminhadas aos membros do CMSE pelo Ofício Circular nº 23/2016-SEE-MME, em 23 de setembro de 2016, para subsidiar o PMO de outubro de 2016.

Dentre as datas de tendência homologadas, destaca-se a postergação em 3 meses da entrada em operação da Usina Térmica – UTE Mauá 3, em Manaus. Além disso, passaram a ser consideradas sem previsão as Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs Quartel I, II e III, que totalizam 90 MW, e a UG 3 da UTE Clealco Queiroz, de 50 MW. Essa decisão foi fundamentada, respectivamente, pelo fato de que as outorgas das PCHs

¹ Meta de 2016: previsão estimada no início do ano com base no horizonte de expansão.

² O montante total de entrada em operação de transformação na Rede Básica foi atualizado com dados de entrada em operação desde a última reunião do CMSE e também com montantes que não haviam sido considerados anteriormente.

estão em processo de revogação pela ANEEL e houve a inabilitação da participação da empresa proprietária da referida UTE no Leilão A-3/2015, conforme Despacho ANEEL nº 2.283/2016.

As datas de tendência para operação comercial de linhas de transmissão e subestações também foram homologadas pelos membros do Comitê, conforme analisadas na reunião mensal de 20 de setembro de 2016, do Grupo de Monitoramento da Expansão da Transmissão, coordenado pelo DMSE/SEE/MME, e encaminhadas aos membros do CMSE pelo Ofício nº 247/2016-SEE-MME, em 29 de setembro de 2016.

5. RESULTADOS DO GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSMISSÃO E DE DISTRIBUIÇÃO PARA ATENDIMENTO À REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS – PORTARIA MME Nº 15/2016

O ONS e a Empresa de Pesquisa Energética – EPE apresentaram os resultados do Grupo de Trabalho criado em atendimento à Portaria MME nº15/2016 que avaliou o suprimento de energia elétrica à região metropolitana de Manaus no horizonte 2016-2020.

Primeiramente foram apresentadas as atuais condições de atendimento no horizonte entre outubro e dezembro de 2016, tendo destacado os seguintes subsistemas elétricos na região: Manaus, que possui 64 MW de geração térmica disponível e carga de 532 MW, Mauá, com 304 MW de geração térmica disponível e carga de 722 MW, além do subsistema Jorge Teixeira. Conforme informado, as demais usinas térmicas instaladas na região não se encontram disponíveis por dois motivos: impasses no fornecimento do combustível para geração (gás) ou inexistência de contratos de locação.

Considerando adicionalmente a UTE Cristiano Rocha e a UHE Balbina, há disponível na região metropolitana de Manaus uma geração de 485 MW e carga de aproximadamente 1.516 MW. Assim, foi informado que, neste cenário, há risco de não atendimento ao critério operativo “N” nos patamares de carga pesada e média devido à sobrecarga nas transformações 230/69 kV da SE Manaus e 136/69 kV da SE Mauá.

Em relação ao critério “N-1”, ele não é atendido no subsistema Manaus (patamares de carga pesada e média), mas é atendido em Mauá. Já o critério “N-2” não é atendido para a perda dupla em 500 kV e para a perda dupla 230 kV no subsistema Manaus.

Quanto ao sistema de 500 kV que supre Manaus, a perda dupla de qualquer dos trechos da interligação entre as SE's Tucuruí e Lechuga deverá conduzir a total interrupção das cargas de Manaus. Isto decorre do fato de que na quase totalidade dos horários o suprimento pelo sistema de 500 kV a Manaus excede o limite de 50% da carga, o que conduz a não efetividade do Esquema Regional de Alívio de Carga – ERAC.

Os trechos de perda dupla mais crítico estão localizados entre as SE's Jurupari e Oriximina, Oriximina e Silves e entre Silves e Lechuga. A inserção dos recursos de geração da UHE Belo Monte, na SE Xingu e das usinas de Santo Antonio do Jari, Cachoeira Caldeirão, Ferreira Gomes e Coaracy Nunes na SE Jurupari atenuam os efeitos das perdas duplas no trecho entre as SE's Tucuruí e Jurupari, admitindo-se disponíveis os recursos referidos de geração.

Relativo aos desligamentos do tronco Tucuruí – Manaus, que interliga eletricamente a região ao SIN, foi apresentada uma queda significativa das perturbações ocorridas desde junho de 2013, fato decorrente, dentre outros motivos, dos ajustes efetuados nos sistemas de proteção.

Além disso, foram apresentados diversos cenários de atendimento em função da implantação de obras estruturantes, de diferentes critérios de segurança operativa e da permanência do cenário atual sem a implantação de obras de expansão para o horizonte 2017-2018. Foi apresentado também o atendimento no horizonte até 2020, considerando a entrada em operação das obras já previstas.

Conforme avaliado pelo CMSE, para a viabilização das obras e redução de geração térmica em Manaus, algumas questões ainda precisam ser enfrentadas, tais como o término do processo de desverticalização da Amazonas Energia, o que impacta na obtenção de recursos pela distribuidora para a realização de investimentos e na viabilização das autorizações para a implantação das obras de transmissão.

Além disso, conforme manifestação dos membros do Comitê, é necessária a solução dos impasses existentes relativos ao combustível utilizado para geração térmica (óleo x gás). É necessário também o aprofundamento das discussões sobre os critérios operativos adotados, avaliando a possibilidade de operação com critérios menos conservadores.

Portanto, após as discussões, o Comitê deliberou que o Grupo de Trabalho se reúna e, sob coordenação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE/MME, encontre alternativas visando viabilizar o suprimento de energia a Manaus com a adoção de um cenário otimizado, tanto em termos de operação quanto de custos.

Deliberação: O Grupo de Trabalho ("GT Manaus"), criado em atendimento à Portaria MME nº15/2016, deverá se reunir e, sob coordenação da SPE/MME, encontrar alternativas visando viabilizar o suprimento de energia a Manaus com a adoção de um cenário otimizado, tanto em termos de operação quanto de custos. Dessa forma, deverão ser avaliadas questões, tais como, entraves existentes para a implantação das obras de transmissão e distribuição, impasses relativos ao combustível utilizado para geração térmica e aprofundamento das discussões sobre os critérios operativos adotados. Os resultados deste trabalho deverão ser apresentados ao CMSE.



6. ACOMPANHAMENTO DO ÍNDICE DE GRAVIDADE DAS OCORRÊNCIAS COM INTERRUPTÃO NO SUPRIMENTO DE ENERGIA

O ONS apresentou um resumo do Boletim de Interrupção de Suprimento de Energia – BISE do período de 1º de setembro a 5 de outubro de 2016, que contempla interrupções de carga superiores a 100 MW e duração acima de 10 minutos.

Destacou as conclusões referentes à perturbação que envolveu a área Rio de Janeiro em 31 de agosto de 2016, tendo em vista as discussões realizadas na reunião de análise de perturbação em 14 de setembro de 2016.

Conforme informado, a ocorrência foi iniciada por um curto-circuito monofásico provocado por defeito na isolação do transformador de corrente no terminal São José, eliminado por atuação correta das proteções. Essa situação reincidiu em seguida e caracterizou a perda dupla do setor de 500 kV da SE São José.

Em sequência, houve a perda de geração da UTE Governador Leonel Brizola e a atuação do Esquema de Controle de Emergência – ECE Rio, que resultou em diversos desligamentos de circuitos de 138 kV e não foi bem sucedido. Como consequência, houve outros desligamentos posteriores, resultando num corte de carga da ordem de 2.400 MW no estado do Rio de Janeiro.

O Relatório de Análise de Perturbação – RAP desta ocorrência está em fase de elaboração e apresentará as ações e recomendações identificadas. Este documento considerará também as conclusões obtidas após a realização dos testes efetuados, que auxiliaram na caracterização do ocorrido como falha intermitente de equipamento.

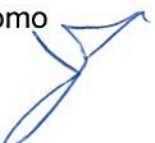
7. INDICADORES DE DESEMPENHO DO SIN

O ONS apresentou estudo da estatística de perturbações com origem na Rede Básica do SIN no período compreendido entre janeiro de 2014 e junho de 2016.

Conforme informado, mais de 60% dos desligamentos registrados em 2016 até junho foram referentes a ocorrências em linhas de transmissão. Este desempenho é influenciado, dentre outros fatores, pela exposição que as linhas sofrem a condições climáticas desfavoráveis, tais como descargas atmosféricas, temporais e ventos fortes, que são uma das causas de perturbações.

Já os desligamentos originados por defeitos em transformadores corresponderam a cerca de 20% dos casos.

Em termos de distribuição percentual, mais de 20% das causas de desligamento de linhas de transmissão da Rede Básica em 2016 até junho foram identificadas como



“indeterminadas”, número seguido por causas decorrentes de condições climáticas adversas (26,5%) e queimadas (1,6%).

Em relação à quantidade de desligamentos por queimadas, relatou que, no período entre janeiro e agosto, houve a seguinte evolução: 96 em 2014, 90 em 2015 e 109 em 2016.

Apesar do aumento verificado no último ano, o ONS destacou que vem recomendando sistematicamente ações mitigadoras aos agentes. Além disso, foi informado que a ANEEL tem realizado campanha visando reduzir falhas humanas e aprimorar a identificação das causas dos desligamentos para posterior atuação.

8. MONITORAMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE fez um relato sobre a liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo referente a julho de 2016, realizada no mês de setembro, envolvendo agentes que comercializam energia no ACR e ACL.

Primeiramente foi apresentado o histórico dos valores contabilizados em 2016, tendo sido destacada a redução dos montantes mês a mês em função da repactuação dos valores relacionados ao *Generation Scaling Factor* – GSF relacionados ao ACR. No entanto, conforme já destacado nas reuniões anteriores do CMSE, há uma tendência de saturação dos valores contabilizados tendo em vista o não equacionamento da questão do GSF no ACL.

Em relação à contabilização referente a julho de 2016, seu valor total foi de R\$ 2,40 bilhões. Desse montante, R\$ 860 milhões (36% do total contabilizado no mês) foi relativo ao efetivo apurado em julho no Mercado de Curto Prazo, tendo havido pagamento de aproximadamente R\$ 440 milhões. Do valor restante (R\$ 420 milhões), destaca-se que R\$ 370 milhões referem-se à inadimplência de agentes de distribuição, cenário que permanece desde os meses anteriores.

Em relação ao assunto, foi informado que há expectativa que o pagamento deste montante devido pelas distribuidoras seja efetuado nos próximos 2 meses.

Sobre os montantes do GSF repactuados por 56 agentes do ACR, o valor contabilizado foi de R\$ 380 milhões (16% do total contabilizado em julho), tendo havido pagamento no valor de cerca de R\$ 110 milhões. Assim, ainda restam débitos de aproximadamente R\$ 270 milhões, devidos por 5 agentes. Ressalta-se que a possibilidade de parcelamento dos débitos relativos ao GSF repactuado está disposta nos Despachos ANEEL nº 758/2016 e nº 2.088/2016.



Dessa maneira, ao final da liquidação de julho de 2016, o montante pago da dívida do GSF 2015 referente ao ACR, equivaleu a aproximadamente 91% da dívida inicial dos 56 agentes.

Sobre os valores referentes ao GSF que não foram repactuados, relativos ao ACL, o valor contabilizado foi de R\$ 1,16 bilhão (48% do total contabilizado em julho) e não houve pagamento em função das liminares concedidas contra a redução do GSF ainda vigentes na data da liquidação.

O MME informou que as tratativas relativas à busca do equacionamento jurídico da permanência da judicialização do GSF estão em andamento.

Em relação ao crédito da liquidação de julho de 2016, foi informado que os agentes não amparados por liminares de preferência no recebimento dos créditos (*loss sharing*) receberam 5% do montante a eles devido. Este cenário deverá se agravar na liquidação de agosto em virtude do cumprimento de novas ações judiciais aplicadas ao rateio da inadimplência.

Foram mencionadas também questões relativas ao não pagamento de montantes devidos em função da vigência de liminares contrárias à aplicação do Fator de Indisponibilidade – FID da UHE Santo Antônio. Conforme informado, o impacto dessas liminares totaliza aproximadamente R\$ 591,20 milhões, considerando o período de março de 2012 a agosto de 2016. Além disso, informou que os agentes não têm tido êxito na obtenção de novas liminares relacionadas ao assunto.

Por fim, foi apresentada a previsão de liquidação relativa ao mês de agosto de 2016, a ser realizada nos dias 10 e 11 de outubro de 2016.

9. ASSUNTOS GERAIS

Horário de Verão 2016/2017

O ONS realizou apresentação sobre o Horário de Verão 2016/2017, que será adotado no período entre 16 de outubro de 2016 e 19 de fevereiro de 2017, nos estados brasileiros das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Com a medida, o ONS informou que há expectativa de redução de 3,7% da demanda máxima do período das 18h às 21h no subsistema Sudeste/Centro-Oeste e de 4,8% no subsistema Sul.

Também se espera que haja a redução de 0,5% da carga total de ambos os subsistemas. Deve-se economizar um valor da ordem de R\$ 147,5 milhões, referente ao custo evitado pela redução do despacho de geração térmica.



ENEM 2016

O MME informou aos presentes sobre os preparativos, no âmbito do setor elétrico, para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM 2016, cujas provas serão aplicadas nos dias 5 e 6 de novembro de 2016. Estas tratativas fundamentam-se na Resolução CMSE nº 01/2005.

Conforme mencionado, em atendimento à solicitação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, foram encaminhados Ofícios do MME a todas as concessionárias de distribuição solicitando a elaboração de um Plano Diferenciado de Operação para o período e o envio dos contatos dos responsáveis pela operação dos sistemas. Nos locais de prova, o atendimento prioritário se iniciará às 6h da manhã do dia 5 de novembro e terminará às 18h do dia 6 de novembro.

Além disso, informou que MME disporá de uma equipe técnica para acompanhamento e atuação em casos de necessidade.

Decreto nº 8.695/2016

A Secretaria Executiva e a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE/MME efetuaram relato sobre o Decreto nº 8.695, de 22 de março de 2016, que trata do enquadramento de obras de distribuição em 138 kV, localizadas na Amazônia Legal e a serem conectadas no SIN, como integrantes da Rede Básica, mediante deliberação do CMSE e com base em estudos da EPE. E ainda, conforme disposto, cabe à ANEEL disciplinar os prazos e condições para essa transferência das instalações.

Foi informado que, após o recebimento de pleitos de alguns agentes para enquadramento no referido Decreto, e em tratativas realizadas entre MME e ANEEL, com apoio das demais instituições do setor elétrico envolvidas, vislumbrou-se o risco deste dispositivo legal não atingir seu principal objetivo. Esta conclusão deve-se ao fato de que, na situação avaliada, os ativos a serem transferidos não comporão a base remuneratória das concessionárias de distribuição, mas estas empresas pagarão pelas instalações licitadas.

Assim, o MME informou que o assunto está sendo avaliado conjuntamente com a ANEEL, sob coordenação da SPE/MME, de forma a se buscar alternativas que viabilizem a transferência desses ativos, inclusive com a identificação das possíveis alterações legais ou regulatórias para alcance deste objetivo.



Resultados dos Cálculos de Margens de Escoamento do 2º LER/2016

A EPE realizou apresentação sobre trabalho efetuado conjuntamente com o ONS referente aos resultados dos cálculos de margens de escoamento para o 2º Leilão de Energia de Reserva – LER/2016, previsto para ocorrer em 16 de dezembro de 2016.

Nesse sentido, foi mostrado o panorama dos empreendimentos cadastrados e respectivas margens de escoamento de energia, cálculo realizado considerando a região geoeletrica do empreendimento, por Unidade da Federação. Conforme destacado, Bahia, Rio Grande do Norte, Tocantins e Rio Grande do Sul apresentam margem de escoamento nula em todos os pontos de conexão cadastrados.

Conforme informado, as margens nulas na Bahia decorrem do atraso em obras de transmissão da ABENGOA. O Rio Grande do Norte e o Tocantins também foram afetados por atrasos em obras deste empreendedor, mas as restrições de escoamento identificadas estão associadas a contingências locais. Já no caso do Rio Grande do Sul, as margens nulas de escoamento foram decorrentes da postergação de obras da Eletrobras Eletrosul, associadas ao Lote A do Leilão de Transmissão nº 004/2015.

Consultas Públicas MME

A Secretaria Executiva do MME informou que foram abertas as Consultas Públicas para o recebimento de contribuições em relação: (i) Governança dos Modelos Computacionais; (ii) Mercado Livre de Energia Elétrica; e (iii) Gás para Crescer. Os interessados poderão enviar as contribuições até os dias 30 de outubro, 5 de novembro de 2016, e 7 de novembro, respectivamente, acessando o novo ambiente de Consultas Públicas disponível no site do MME.

Nada mais havendo a tratar, o Ministro deu por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura desta ata que, após aprovada pelos membros, vai assinada por mim, Fábio Lopes Alves, Secretário-Executivo do CMSE.



FÁBIO LOPES ALVES
Secretário-Executivo do CMSE

LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	ÓRGÃO
Fernando Coelho Filho	MME
Paulo Pedrosa	MME
Eduardo Azevedo	MME
Moacir Carlos Bertol	MME
Romeu Donizete Rufino	ANEEL
André Pepitone da Nóbrega	ANEEL
José Juhrosa Jr.	ANEEL
Reive Barros Santos	ANEEL
Christiano Vieira da Silva	ANEEL
Rui Guilherme Altieri Silva	CCEE
Roberto Castro	CCEE
Robésio Maciel de Sena	MME
Ricardo S. Homrich	MME
Fábio Lopes Alves	MME
João Souto	MME
Ildo W. Grüdtner	MME
Luiz Augusto Barroso	EPE
Amilcar G. Guerreiro	EPE
Luiz Eduardo Barata Ferreira	ONS
Jose Cesário Cecchi	ANP
Maria Elvira Maceira	CEPEL
Domingos Romeu Andreatta	MME
João Daniel de A. Cascalho	MME
Vinicius F. Martins	EPE
Juliano Vilela Borges dos Santos	MME
Igor Walter	MME
Flávia Pierry Bessa Lima	MME
André Luiz Barros de Brito	MME
Bianca Maria M. de Alencar Braga	MME
José Brito Trabuco	MME

Fabiana Gazzoni Cepeda	MME
Marcos Franco Moreira	MME
Paulo Félix Gabardo	MME
Igor Souza Ribeiro	MME
Albert C. G. Melo	CEPEL
Francisco Arteiro	ONS

